



**ACÓRDÃO Nº1724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12507/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Policlínica Zeno Lanzini
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Sra. Maria Goreth Silva Straham (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5013/2022-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Policlínica Zeno Lanzini. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.*

**11- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Policlínica Zeno Lanzini, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade da **Sra. Maria Goreth Silva Straham**, Diretora-Geral da Policlínica Zeno Lanzini e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 11.2. **Dar quitação à Sra. Maria Goreth Silva Straham**, Diretora-Geral da Policlínica Zeno Lanzini e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº04/2002 - RITCE;
- 11.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em



**ACÓRDÃO Nº1724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

futuras prestações de contas:

**11.3.1.** atraso na remessa da Prestação de Contas, contrariando o prazo estabelecido no artigo 3º da Resolução nº 05/09, c/c o artigo 185, § 2º, inciso III, alínea “a” da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE e artigo 29, §1º da Lei nº 2.423/96;

**11.3.2.** ausência de esclarecimento se foi realizada revisão (e em que periodicidade esta ocorre) dos estoques da unidade de forma a contemplar a demanda atual e a reprimida por medicamentos e produtos de saúde;

**11.3.3.** ausência das Declarações de Bens atualizadas dos Agentes Públicos, em cumprimento ao artigo 13, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.429/1992 e artigo 289, § 1º e § 2º, da Resolução nº 04/2002 – TCE;

**11.3.4.** defasagem em vários materiais (medicamentos, equipamentos químicos, utensílios hospitalares, entre outros), conforme verificado no Inventário de estoques da Policlínica Zeno Lanzine, podendo acarretar diversos vícios e ilegalidades, além da prestação de serviços de forma deficiente;

**11.3.5.** ausência de esclarecimento se foi realizada revisão (e em que periodicidade esta ocorre) dos estoques da unidade de forma a contemplar a demanda atual e a reprimida por medicamentos e produtos de saúde;

**11.3.6.** ausência de esclarecimentos sobre o montante registrado como título de Valores Restituíveis lançado no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial – Anexo 14;

**11.3.7.** ausência de justificativas para aquisição e prestação de serviços, considerando que o valor ultrapassa o autorizado pelo inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, contratação sem licitação e sem cobertura contratual;

**11.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

*Vencida a Proposta de voto do Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho que votou pela irregularidade das contas da Prefeitura Municipal de São de Olivença, a qual foi acompanhada pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Junior e Josue Claudio de Souza Neto.*

**12- Ata:** 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**13- Data da Sessão:** 4 de Outubro de 2022.



**ACÓRDÃO Nº1724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 14- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 15- Auditor presente e Relator, em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.
- 16- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Redatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral